

SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO

Vitória da Conquista, 16 a 18 de fevereiro de 2000



Textos de Apoio I

NUCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER


REDOR
Rede Regional Norte e Nordeste
de Estudos e Pesquisas sobre
a Mulher e Relações de Gênero

 **CAR**
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL


**GOVERNO
DA BAHIA**
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

APRESENTAÇÃO

Após mais de um ano e meio de trabalho no Pró-Gavião, com o enfoque de gênero, sentimos a necessidade de trazer alguns reforços teórico-metodológico a fim de dirimir os entraves e, assim, assim contribuir para avanços no trabalho. Isto porque acreditamos que o aprendizado sobre a perspectiva de gênero em um projeto de desenvolvimento, é um processo longo e trabalhoso, que requer idas e vindas, ajustes e reajustes e fazendo-se necessário discussões sempre mais aprofundadas. Deste modo, o presente texto tem como objetivo reforçar:

1. Um melhor entendimento do conceito de gênero e da explicitação do seu caráter assimétrico nas relações entre homens e mulheres enquanto seres socioculturais;
2. A importância do conceito de gênero nos projetos de desenvolvimento, e sua incorporação como uma conquista do movimento de mulheres, em especial do movimento feminista;
3. A relação entre gênero e poder e a necessidade do empoderamento das mulheres.

Nesse sentido, os textos que aqui apresentamos, buscam sanar dificuldades ou aprofundar conhecimentos, com vistas a aprimorar nosso trabalho junto a população envolvida.

Equipe do NEIM

ÍNDICE

1. Gênero e sua aplicabilidade.....	03
2. Relações de gênero e desenvolvimento rural.....	14
3. Gênero, poder e empoderamento das mulheres	35

GÊNERO E SUA APLICABILIDADE¹

Quando a filósofa Simone de Beauvoir afirmou que não se nasce mulher, mas se torna mulher, ela estava, entre outras coisas, negando a idéia muito comum que diz que homens e mulheres são diferentes por natureza. Ela queria afirmar que o sexo (biológico) não define a mulher nem o homem, que esses vão sendo construídos socialmente.

O que a filósofa queria dizer é que nós ao nascermos somos apenas do sexo feminino ou do masculino, não somos ainda mulher nem homem. O que significa então ser uma coisa ou outra? Ser mulher, em nossa sociedade, significa ser frágil, meiga, dependente e ser homem é ser forte, corajoso e independente, entre outras características. Ora ninguém nasce com tais qualidades pelo fato de ser do sexo masculino ou feminino, essas são características dadas às pessoas pelas sociedades, a depender do seu sexo.

Assim, uma mulher não nasce submissa, dócil e dependente, por exemplo, nem o homem corajoso, forte e determinado, o que os fazem ser assim são as experiências que eles vivem e que são determinadas pelas sociedades. Por isso, nem todos os homens são corajosos e nem todas as mulheres são medrosas, nem todos são decididos e nem todas são inseguras.

Esses significados que vão sendo dados aos indivíduos por causa do seu sexo recebe o nome de *gênero*. A palavra surgiu para marcar as diferenças biológicas existentes entre macho e fêmea, daquelas que são decorrentes das construções *sociais, culturais e psicológicas*. Ou seja, com ela, pretende-se

¹ Texto elaborado por Elizete Passos, Doutora em Educação pela UFBA, Professora Adjunta IV do Departamento de Filosofia da UFBA, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Coordenadora Executiva da REDOR.

demonstrar que a sociedade confere significados aos sexos e a partir deles os seres humanos se transformam em homens e em mulheres.

Ser homem ou ser mulher é determinado pelas *relações de gênero*

O que significa relações de gênero?

Como gênero é diferente de sexo, relações de gênero também não significa relações entre dois sexos e sim como eles são interpretados socialmente e historicamente. Isto porque, essa relação, assim como o conceito de gênero, só poderá ser entendida no contexto histórico e social. Ela não tem o mesmo significado em qualquer local e em qualquer tempo, ao contrário, varia e assim, o que poderá significar ser mulher em uma cultura poderá ser diferente em outra, do mesmo modo pode-se dizer do que é ser homem.

As relações de gênero refletem aquilo que as pessoas interiorizaram, através do que aprenderam em casa, na escola, na igreja, na sociedade em geral. Estes, quase sempre, ensinam às crianças do sexo masculino a se diferenciarem bastante das crianças do sexo feminino, do mesmo modo, a respeito daquilo que cada um é, vale e pode fazer.

Esses ensinamentos vão seguindo o modelo de homem e de mulher estabelecido pela sociedade. "Assim, através do processo de socialização baseado em normas específicas para cada sexo, homens e mulheres adquirem atitudes, crenças, preferências e comportamentos que são consistentes com os papéis desejados e impostos pela própria cultura" (Oliveira, 1983:13).

A sociedade espera que pessoas do sexo masculino tenham atitudes consideradas masculinas, entre elas, que sejam expressivos, desinibidos, corajosos e as do sexo feminino aquelas que são tidas como adequadas ao seu sexo: afetuosas, delicadas, submissas. É muito difícil as pessoas fugirem desses padrões, porque a influência da sociedade é muito forte sobre elas.

Essas identificações não são simples nem significam apenas a definição de características dos indivíduos e papéis que devam ou possam desempenhar, ao contrário, revelam relações de poder, que podem ser entendidas como o propósito de fazer com que determinadas idéias e desejos imponham-se sobre outros, com que alguns definam o que outros devam realizar.

Para melhor entendermos o *poder* que perpassa as relações de gênero, vale lembrar o que diz filósofo Michel Foucault² fala sobre o próprio poder. Para ele, o poder tem uma dimensão negativa, de caráter repressivo, normalmente exercido pelo Estado e outra mais sutil que não visa “expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-lo ao máximo” (Foucault, 1977: 23). Esta é mais praticada em instância micro, como escolas, manicômios, prisões ou seja, em instituições.

É esse tipo de poder o exercido pelas famílias, pelas escolas, pelas instituições em geral sobre as pessoas e que faz com que as mulheres sejam consideradas inferiores aos homens, concedendo a estes o direito de imporem suas idéias sobre elas e convencê-las de que é natural submeterem-se a eles. Relação que é apresentada na prática, por exemplo, através da divisão do trabalho, ficando as mulheres com as ocupações menos valiosas economicamente e de menor prestígio social.

As famílias são as principais responsáveis por fazer as crianças acreditarem nisso. O processo vai se dando como de forma natural, conforme podemos identificar quando os pais estão descrevendo seus filhos de diferentes sexos. Mesmo ainda bebês, eles vão descrevendo a criança de acordo com estereótipos masculinos e femininos.

A família exerce bem essa função pois estudos demonstram que crianças de ambos os sexos, com idade de 05 anos já possuem noções de quais os

² Foucault analisa o assunto em algumas de suas obras, entre elas, *Vigiar e Punir*: Petrópolis, Vozes, 1977 e *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

comportamentos que são adequados a um e ao outro sexo. Quando ficam um pouco maiores, essas noções são fortalecidas pela escola, pelos meios de comunicação e pelo que elas observam em suas famílias, na vizinhança e em outros grupos em que participam.

O aprendizado vai servindo, em nossa sociedade, para diminuir a auto-estima das mulheres porque elas são levadas a acreditarem que o sucesso e o êxito são próprios dos homens, por serem mais hábeis, corajosos e esforçados, enquanto elas devem assumir tarefas menos complicadas, que exijam menos esforço físico e capacidade intelectual. Por sua vez, aquelas que são menos valorizadas social e economicamente.

Como essa situação se apresenta no mundo rural?

As consequências de tal processo de ensinamento são muitas. Como dissemos, à medida em que as mulheres acreditam que são menos capazes dos que os homens, elas acabam concordando em ficar na “sombra”, em não aparecerem, a continuarem sozinhas responsabilizando-se pelas tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos, doentes e inválidos, a perceberem menos salários, só para citar alguns. Dado aos nossos interesses, refletiremos mais sobre a situação na zona rural, antes, porém, faremos algumas reflexões sobre o trabalho.

De modo geral, o trabalho pode ser classificado em três modalidades: *produtivo, reprodutivo e comunitário*, embora o mais comum seja a sociedade reconhecer como trabalho apenas o produtivo. Por que isto? Porque ele é exercido sob pagamento, sendo o responsável explicitamente pela geração de renda. É evidente que tanto homens quanto mulheres exercem trabalhos produtivos, através de um salário decorrente de um emprego, por atividades desempenhadas na roça, na pesca, enfim, nas várias atividades remuneradas que

existem. Apesar disto, a sociedade convencionou que esse é um tipo de trabalho masculino, de modo que a atividade produtiva feminina sempre é vista como de menor valor, como uma forma de ajuda ao homem da casa.

Em contrapartida, o trabalho considerado *reprodutivo*, que consiste na manutenção da casa, nos cuidados com as roupas, preparo da alimentação, coleta de água e de lenha, são definidos como femininos. Como dele não decorre diretamente ganhos econômicos, quase sempre, não chega a ser considerado trabalho; apesar de sabermos que sem ele não teríamos condições de sobrevivência e que em muitas famílias de camadas média e alta da sociedade ele é pago e representa uma despesa significativa.

O terceiro tipo de trabalho, o *comunitário*, também, é pouco reconhecido, por isso, mesmo sendo exercido por homens e mulheres estas têm sido as mais oneradas. A desvalorização que esse tipo de trabalho sofre em relação ao produtivo, do mesmo modo que o reprodutivo, decorre do fato de não ser responsável diretamente pela geração de rendas, sendo exercido na maioria das vezes de forma voluntária. Entretanto, ele é de grande valor para a vida cultural e espiritual das pessoas e das comunidades.

Posto isto, podemos retomar o nosso propósito de analisar as relações de gênero e suas consequências práticas no mundo rural. Como é do nosso conhecimento, no campo, ainda hoje, a divisão sexual do trabalho coloca a mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo, pelas atividades domésticas e vê sua participação no chamado trabalho produtivo (da roça e da pecuária) como ajuda ao homem, fazendo com que elas se sintam inferiorizadas e aceitem ganhar menos mesmo quando desempenham atividades iguais às masculinas, bem como, aquelas que exigem habilidades, paciência e rapidez.

Do mesmo modo, na zona rural, o valor do trabalho é medido pelo esforço físico despendido. O do homem é considerado como mais importante porque é mais “pesado” e do da mulher como de menor valor, por se considerado “trabalho leve” quando, de fato, sabe-se que elas realizam tanto o trabalho produtivo,

quanto o reprodutivo e grande parte do comunitário. Por exemplo, aram a terra, carpinam, etc ao tempo em que realizam todas as tarefas domésticas (lavam, passam, cuidam da casa, das crianças, da horta e dos animais de pequeno porte) e, ainda, participam e organizam atividades religiosas, festividades familiares e outras que representem melhorias para a comunidade.

Na verdade, a rotina das mulheres do campo inclui um trânsito entre a *casa* e a *roça*. Participam desses dois espaços e chegam a substituir o marido em todas as atividades produtivas da roça na sua ausência e dos filhos do sexo masculino. o que ocorre com frequência, porque eles se ausentam em determinados períodos do ano em busca de trabalho em centros mais desenvolvidos.

Apesar disto, o trabalho das mulheres é pouco reconhecido porque acostumou-se a valorizar apenas aquele diretamente ligado ao dinheiro e que é identificado com o homem/pai, como se ele pudesse representar a todos. Assim, o trabalho que esposa e os filhos realizam na roça é tido como “ajuda” ao pai.

Claramente, as mulheres são consideradas responsáveis pelas atividades domésticas, que não são consideradas como trabalho, porque não representam formas de ganhar dinheiro. Mesmo sua produção comercializável - frutas, verduras, cerâmica, entre outros - é considerada de menor valor porque o dinheiro é aplicado na compra de utensílios para o lar (panelas, talheres, roupas) ou gêneros alimentícios considerados supérfluos (macarrão, óleo de soja, etc).

O dinheiro feminino é considerado de menor valor, também, pelo fato de não “fazer volume”, porque ele não chega em grande quantidade nem de uma só vez, ao contrário, vai chegando pouco a pouco e sendo usado diariamente nas para fazer frente às necessidades imediatas. Diferentemente do dinheiro considerado do homem/pai que representa a venda da produção, chega de uma vez e serve para comprar produtos mais visíveis como os eletrodomésticos.

São muitas as consequências que tal situação acarreta, começando pelas psicológicas, que fazem com que as mulheres vivam o mundo do trabalho na roça

como se não fizessem parte dele, até o preço do seu dia de trabalho. O dia de trabalho da mulher vale sempre menos do que o do homem, chegando, em algumas situações, a ser proibido legalmente a troca de entre um dia de um pelo dia de trabalho do outro.

Por que isto ocorre?

Porque há uma hierarquia nas relações entre homens e mulheres, nas relações de gênero; ou seja, as diferenças existentes entre os sexos ganham significados sociais, formados a partir de vivências particulares, símbolos e representações, que vão refletir em várias situações, entre elas, na divisão sexual do trabalho.

Como vimos, a forma como meninos e meninas são educados, faz com que eles desenvolvam habilidades e capacidades diferentes, que serão mostradas em suas vidas de pessoas adultas.

Estudos confirmam que na zona rural, até os cinco anos de idade, meninas e meninos são visto sem grandes diferenças, a partir disto, as meninas começam a seguir as mães no trabalho domésticos e os meninos os pais. Com isto, as mulheres acabam sendo deixadas de lado na hora da posse da terra, o pai acha que elas não precisam de terra porque se casarão com homens que as possui; também não aprendem a lidar com máquinas, como carros e tratores, ficando dependentes dos homens para se locomoverem e não têm acesso às informações tecnológicas.

De tanto ouvirem falar que elas não precisam saber tais coisas, nem podem pegar em máquinas, elas próprias passam a acreditar nisto e não reivindicam mudanças na situação. Exemplo disto pode ser o fato de ouvirmos das mesmas mulheres que elas não têm força física para dirigir um trator; que os filhos do sexo masculino devem ter mais comodidades dentro de casa porque o seu trabalho é

mais importante, porque eles saem para pegar água em carroças ou lenha, entre outros.

Com esse entendimento, mesmo quando na falta do marido ou do filho elas assumem todas as funções e tarefas ditas masculinas no campo, inclusive o manejo de máquinas, não assumem o lugar do chefe, não se sentem o chefe, de modo que logo que eles retornem voltam a ocupar o lugar que é entendido como deles. Assim, elas não tomam o lugar do marido, ficam como suas substitutas, como o seu prolongamento.

É evidente que algumas mudanças, nesse aspecto, começam a acontecer no campo, entre eles, é possível ver as mulheres começando a participar de associações de pequenos produtores, tirarem documentos, como certidões de nascimento e casamento, fazerem uso de alguns direitos como auxílio maternidade e aposentadoria. Também começam a fazer uso de algumas conquistas como programas de crédito especial, do tipo o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), surgido após o Grito da Terra, de 1998.

Entretanto, ainda contam com muitas dificuldades, entre as quais, destacam-se a má vontade de funcionários de bancos, instituto de previdência e cartórios; em casa, apesar de terem ganhado um pouco mais de visibilidade, estão muito longe de serem tratadas com igualdade aos homens. Continuam não tendo direito de decidirem sobre o que fazer com o dinheiro que ganham, o seu trabalho continua sendo uma extensão do masculino, quase sempre, são menos beneficiadas na herança, fazendo com que muitas não se sintam apegadas a terra e migrem para a zona urbana em busca de emprego.

Quais são as consequências disto?

Costumamos achar que apenas as mulheres são “vítimas” das imposições sociais, que os homens não são afetados por elas, e, mais ainda, achamos que eles são os responsáveis pela opressão da mulher.

A verdade não é bem assim. De fato, as mulheres são as mais prejudicadas porque elas são vistas como inferiores aos homens, são mais desvalorizadas; em segundo lugar, porque a sociedade é mais exigente com elas. Os homens podem fugir do estabelecido com menos prejuízos do que as mulheres. Com eles é mais fácil fazer “vistas grossas” aos seus “erros” do que com elas.

Apesar disto, tanto os homens quanto as mulheres acabam sendo “vítimas” da pressão social, que impõe padrões e papéis sexuais. O fato de colocar os homens como seres fortes, racionais, que não podem fraquejar e a mulher como movida pela emoção e pelo desejo, por sua vez, faz com que passemos a ter expectativas diferentes em relação a uns e outros, que são difíceis para ambos.

Nessa perspectiva, ensina-se às crianças do sexo masculino a dominarem os sentimentos, não chorar, não demonstrar medo nem insegurança, porque eles serão interpretados como sinal de fraqueza e de insegurança, qualidades moralmente desqualificados; e as do sexo feminino a serem afetuosas, solidárias, prestativas, despretensiosas, atitudes que o mundo do poder e da competição não valoriza.

Situação que aparentemente é benéfica para uns, os homens, em detrimento dos outros, as mulheres; mas que, no fundo, é injusta e desumana com ambos. O homem torna-se refém de uma masculinidade que precisa ser provada quotidianamente, através de atitudes determinadas, responsáveis e ponderadas. A feminilidade mesmo não precisando ser provado como a masculinidade, não é menos limitadora, na medida em que também se traduz em padrões rígidos, que cobram do sexo feminino qualidades como sobriedade, acomodação e dependência.

Diante disto, faz-se necessário que homens e mulheres empreenderam esforços no sentido de superarem tais determinações (o que, de certa forma, já vem sendo feito pelo movimento feminista), por exemplo, ao colocar em questão a situação de subordinação da mulher; ao procurar mostrar e mudar as condições de vida e de trabalho delas; ao fomentar novas oportunidades para que as mesmas possam ter acesso à posse da terra, ao crédito, à participação em atividades educativas e de repasse de tecnologias, entre outras.

Essas são situações consideradas como *necessidades estratégicas de gênero* que, com certeza, não beneficiarão apenas as mulheres, pois as modificações que ocorrerão com as elas terão reflexos concretos sobre os homens, mais ainda, sobre a sociedade como um todo. Isto porque, não é possível nem é ético seres humanos mandarem em seres humanos, uns ganhem mais do que os outros quando exercem trabalhos iguais, terem tempo para o lazer e o descanso alijando o outro dos mesmos benefícios. Em síntese, investir em necessidades estratégicas de gênero é uma obrigação e uma necessidade dos seres humanos, em detrimento de raça, sexo, condição econômica ou social, porém, mais ainda, de quem tem consciência dos alcances e da injustiça que as desigualdades fomentam.

EXERCÍCIO:

1. Relacione os principais tipos de trabalho exercidos pelas mulheres na área do Pró-Gavião?

Trabalho produtivo	Trabalho reprodutivo	Trabalho comunitário

2. A partir das conclusões que o exercício acima apresentou, aponte as “necessidades estratégicas de gênero” e indique como atendê-las.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL³

Nas três últimas décadas, a partir de questionamentos levantados pelos movimentos feministas, a participação das mulheres no processo de desenvolvimento tem atraído um interesse crescente tanto por parte de pesquisadores como de órgãos governamentais e internacionais. E, mais recentemente, como resultado dos vários estudos e debates daí resultantes, as agências internacionais de desenvolvimento vêm por fim reconhecendo que, ***para além de uma questão de justiça social, o empoderamento das mulheres é um passo fundamental para o desenvolvimento, enquanto compromisso com a eliminação das desigualdades sociais.***

Para tanto, muitos esforços têm-se dirigido no sentido de incorporar um enfoque de gênero no planejamento e execução de projetos e programas de desenvolvimento, a partir de uma perspectiva que se atenha aos padrões locais de divisão sexual do trabalho e das relações de poder entre os sexos, de sorte a promover maior participação das mulheres em todos os níveis e garantir a equidade social, através do seu empoderamento.

Entretanto, apesar de tais esforços, as avaliações sugerem que não tem sido fácil implementar programas e projetos que, de fato, incorporem uma perspectiva de gênero. Há vários obstáculos a serem vencidos nesse processo, a começar pela resistência, tanto por parte dos planejadores e executores dos projetos quanto das comunidades beneficiárias, a reconhecerem a relevância do enfoque de gênero e sua transversalidade para o sucesso dos projetos. Ademais, em várias instâncias, imperam ainda muitos mitos no que diz respeito a divisão do

³ Texto elaborado por Cecília M. B. Sardenberg, Doutora em Antropologia pela Boston University (EEUA), Professora Adjunta IV do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFCH da UFBA, e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher — NEIM/UFBA.

trabalho e relações de gênero, bem como uma falta de esclarecimento maior sobre os fundamentos teóricos e práticos desse enfoque, que poderia gerar um maior comprometimento do pessoal envolvido em tais projetos com os objetivos postos.

Nesse sentido, este capítulo tem o propósito de discutir: a) como e porque gênero vem-se tornando uma questão de desenvolvimento; b) como isso se traduz na prática do planejamento e execução de projetos; e c) e alguns dos entraves mais comuns na implementação da perspectiva de gênero em projetos de desenvolvimento rural. Pretende-se, assim, oferecer os necessários subsídios para uma avaliação mais profícua dos esforços empenhados no Programa de Assessoria em Gênero (PAGE) do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Como e Porque

O reconhecimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres não é algo necessariamente novo no panorama mundial. Ao contrário, esse princípio já constava no documento de criação da Organização das Nações Unidas, lavrado em 1945, sendo reafirmado na Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Contudo, por muito tempo, não se registrou qualquer preocupação maior em verificar qual o impacto do desenvolvimento econômico nas relações entre os sexos e, portanto, com a posição das mulheres nesse processo. Suponha-se, então, que o desenvolvimento beneficiaria a todos de maneira igual, ou seja, *“que aquilo que beneficiaria um setor da sociedade (homens), automaticamente afetaria outro setor (as mulheres)”*.⁴

Nas duas décadas seguintes, as políticas voltadas para a questão das mulheres no desenvolvimento permaneceram no contexto da questão dos direitos

⁴ WILLIAMS, Suzanne et alli. **Manual de Formação em Gênero**. Recife: OXFAM/SOS Corpo. Gênero e Cidadania. 1999. p. 94.

humanos. Entretanto, “as mulheres eram vistas como objetos a serem protegidos ou como um grupo sobre o qual se faziam recomendações”.⁵

Em 1970, instigada por questões levantadas pela retomada do movimento feminista nos Estados Unidos e Europa, a economista Ester Boserup⁶ publicou um estudo crítico sobre o papel da mulher no desenvolvimento—*Women's Role in Economic Development*. Além de logo tornar-se um clássico do gênero na área acadêmica, esse estudo desencadeou a discussão que, em tempo, engendraria sensíveis mudanças nas políticas internacionais de desenvolvimento lideradas por agências da Organização das Nações Unidas e outras instituições afins.

Nesse estudo, Boserup demonstrou que as políticas até então em voga nessa área apoiavam-se numa ordem patriarcal e em noções ocidentais de domesticidade feminina, contribuindo para o acirramento das desigualdades sociais entre homens e mulheres, na medida em que não reconheciam, tampouco apoiavam, a importante participação feminina nas atividades produtivas. Segundo a referida autora, tradicionalmente, as mulheres eram alienadas dos programas de desenvolvimento, o que não raro repercutia de maneira negativa nas comunidades-beneficiárias, muitas vezes desintegrando a organização doméstico-familiar e fontes de subsistência antes vigentes.⁷

À luz da crítica feminista às políticas de desenvolvimento e sob pressão dos movimentos de mulheres nos países industrializados, os países membros da ONU designaram o ano de 1975 como ‘Ano Internacional da Mulher’, que teve como marco a realização da I Conferência Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México. Durante essa conferência, os países participantes deliberaram por decretar o período de 1975-1986 como ‘Década Internacional da Mulher’,

⁵ Ibid: ibidem. Incluem-se aí a “Convenção para a Eliminação do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição” (ONU, 1949); a “Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres que Realizam Trabalhos do Mesmo Valor” (ONU, 1951); e a “Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres” (ONU, 1952).

⁶ BOSERUP, Ester. **Women's role in economic development**. London: George Allen & Unwin, 1970.

⁷ BOSERUP op. cit.p.05.

formulando um Plano de Ação, cuja meta principal foi integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento.⁸

Entre as recomendações incluídas nesse Plano, destacou-se o incentivo a estudos e análises que procurassem pensar as mulheres, tanto como agentes quanto beneficiárias nos diferentes setores e níveis do processo de desenvolvimento. Isso deu margem à constatação de que, de um modo geral, as políticas e programas de desenvolvimento vinham reforçando os limites entre as esferas doméstica e extra-doméstica, favorecendo a domesticidade feminina às custas do seu papel produtivo e em atividades comunitárias. Por exemplo, no planejamento e implementação de projetos voltados para o desenvolvimento agrícola, repasse de novas tecnologias, construção de barragens e hidroelétricas, sistemas de irrigação, ou mesmo para o reassentamento rural, as necessidades e interesses das mulheres eram sistematicamente ignorados, na medida em que planejadores e executores dessas ações pouco compreendiam ou reconheciam a participação das mulheres nas atividades produtivas e a importância que isso tinha para as famílias.⁹ Sem dúvida, muitos planejadores e agentes do desenvolvimento eram 'bem intencionados' e comprometidos com a promoção do bem estar das famílias, com os 'pobres', ou com questões sociais. Entretanto, não levavam em conta o papel das mulheres na produção: até mesmo nos programas e projetos planejados para as mulheres. A tendência marcante era enfatizar seu papel reprodutivo e suas responsabilidades domésticas.¹⁰

Sabe-se que os esforços voltados para o desenvolvimento em diferentes países têm gerado mudanças profundas na estrutura do mercado de trabalho tanto no campo como nas cidades, com conseqüentes mudanças nas exigências relativas à qualificação. Fazem parte desses esforços, portanto, a criação de agências de desenvolvimento e serviços de extensão rural para oferecer recursos,

⁸ Ver, por exemplo, o "Plano de Ação para a Década da Mulher e Desenvolvimento", in Irene TINKER, et. Alii. **Women and World Development**, Washington, D.C.: Transcentury Foundation, 1978.

⁹ HEYZER, Noellen. "Asian Women Wage-Earners: Their Situation and Possibilities for Donor Intervention". **World Development**, Vol. 17, No. 7, Julho 1989, pp.:1109-1124. Ver, também, ROGERS, Barbara. **The Domestication of Women: Discrimination in Developing Societies**. London & New York: Tavistock Publications, 1980.

novas tecnologias, educação, treinamento e informação em geral sobre novas técnicas produtivas. Entretanto, verificou-se que as mulheres raramente se beneficiavam desses novos desenvolvimentos. Por não reconhecerem a relevância das atividades produtivas femininas, os agentes envolvidos nesse repasse procuravam quase sempre os maridos, pais e irmãos, marginalizando as mulheres.¹¹

Por outro lado, estudos sobre o impacto de mudanças no campo trazidas pela modernização da agricultura revelaram que, em muitos casos, as novas tecnologias e a ênfase na comercialização tiveram como consequência a intensificação do trabalho - sobretudo em atividades maçantes e cansativas - sem contudo implicar em sensíveis incrementos nos salários e renda familiar, principalmente no que diz respeito às mulheres.¹²

Nesse tocante, aliás, as análises sobre o trabalho feminino constataram que, na maioria dos países, havia – e continua a haver - um grande descompasso entre a imensa carga de trabalho assumida por mulheres e a sua quase total falta de controle não apenas sobre os recursos existentes — por exemplo, elas raramente têm a propriedade da terra utilizada na produção — mas também sobre os produtos do seu trabalho.

Observe-se, porém, que tal situação não pode ser atribuída ao “sub-desenvolvimento”, ou às tradições ditas ‘atrasadas’ do meio rural. Experiências semelhantes são também vivenciadas por mulheres nas sociedades industrializadas, ditas modernas e desenvolvidas, como nos Estados Unidos e países da Europa. Ademais, a participação das mulheres na produção tende a ser sub-estimada, sub-valorizada ou mesmo ignorada no mundo todo. O que significa dizer que o ‘desenvolvimento’, per se, não contribui necessariamente para o empoderamento das mulheres e erradicação das desigualdades entre os sexos. Até mesmo nos países mais ‘desenvolvidos’ as mulheres continuam a ser

¹¹ ROGERS, op. cit.

¹¹ HEYZER, op. cit., p.1109-1110.

¹² HEYZER, op. cit., p. 1111.

as principais responsáveis pelas atividades 'reprodutivas' – as atividades domésticas e o cuidado das crianças –, o que contribui para a desvalorização das suas atividades produtivas e comunitárias.¹³

Tradicionalmente, programas de desenvolvimento rural têm-se centrado quase que tão somente na promoção de uma produção agrícola mais eficaz, ignorando seu possível impacto na divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. E, mesmo quando a busca de tal eficácia tem explicitamente como propósito aumentar a produção para beneficiar a população rural pobre, a maioria dos programas apoia-se na noção de que a unidade doméstico-familiar é a 'célula mater' da sociedade rural e, portanto, de que atendendo às necessidades das famílias, estarão beneficiando, igualmente, homens, mulheres e crianças.

Ora, esse é um grande mito, pois unidade familiar não significa união familiar. Ao contrário, vários estudos têm comprovado amplamente que, na maioria dos casos, unidades doméstico-familiares são profundamente anti-democráticas e seus membros têm conflitos de interesse, principalmente no que se refere ao casal. Há profundas desigualdades no que diz respeito às relações de poder entre os sexos quanto entre as gerações, de sorte que diferentes membros da família têm acesso desproporcional aos recursos necessários à produção, inclusive no que diz respeito ao trabalho de outras pessoas (quase sempre as mulheres) no grupo doméstico. São também patentes as desigualdades existentes no que se refere à distribuição de tarefas e responsabilidades, bem como no acesso diferenciado, por sexo e idade, aos produtos do trabalho, inclusive à comida: mulheres e crianças têm um acesso restrito, geralmente controlado pelos homens da família.¹⁴

Sem dúvida, tais desigualdades podem ser aprofundadas por políticas e programas de desenvolvimento rural que fazem 'vista grossa' em relação a elas ou simplesmente as ignoram. Isto significa dizer que se as questões de gênero e, no

¹³ SWEETMAN, Carole. 'Editorial'. **Gender and Development**. Vol. 7, No.3, Novembro 1999, pp.:02-08.

particular, as hierarquias tradicionais entre os sexos não forem consideradas no desenvolvimento rural, as mulheres serão provavelmente ignoradas (no melhor dos casos) e, no pior, sua posição social ficará ainda mais precária.

De Mulher para Gênero

Cumprе ressaltar que as conclusões aqui destacadas foram pauta dos debates travados na Conferência de Nairobi, Quênia, promovida pela ONU e realizada em 1985, na qual participaram mulheres de todo mundo para avaliar os avanços alcançados durante a Década Internacional da Mulher. Retomando os temas constantes do Plano de Ação formulado em 1975 – igualdade, desenvolvimento e paz, com os sub-temas saúde, educação e emprego — as participantes identificaram os obstáculos enfrentados pelas mulheres, e traçaram ‘Estratégias para o Futuro’. Implícita nessas ‘estratégias’, estava a perspectiva de gênero, ressaltando-se a necessidade de se trabalhar no sentido do ‘empoderamento’ das mulheres no desenvolvimento.

Esta questão tornou-se a questão central das discussões travadas na Conferência Internacional da Mulher, realizada pela ONU em 1995, em Beijing, China (1995). Como resultado, formularam-se novas estratégias, dentre as quais destacou-se a incorporação do enfoque de gênero em todos os programas e projetos de desenvolvimento apoiados por órgãos e agências da ONU, a exemplo do FIDA, com o propósito de promover a maior participação e o empoderamento das mulheres.

A adoção dessas políticas nos programas de desenvolvimento foi uma conquista dos movimentos de mulheres de todo o mundo, conquista esta resultante de uma longa batalha na qual teoria e praxis feministas se entrecruzaram, reforçando-se mutuamente. Dessa maneira, as mudanças

¹⁴ WHITEHEAD, Ann. “‘I’m hungry mum’: the politics of domestic budgeting”, in K. YOUNG, C. WOLKOWITZ e R McCULLAGH (eds.), **Of Marriage and the Market**. London: CSE, 1983. Ver também BRUCE, J., ‘Homes divided’, **World Development**, Vol.17, N. 7, pp.:979-992.

verificadas nos paradigmas científicos se expressaram - e continuam se expressando - também nas abordagens que norteiam os debates sobre a problemática do desenvolvimento. Mais precisamente, tal como se observou no campo dos estudos e teoria feministas, também no contexto das discussões e estratégias de desenvolvimento, registrou-se um deslocamento de ênfase - da problemática da mulher para a de gênero.

Com efeito, até a década de 80, estudos e projetos centravam-se na **temática da mulher**, atendo-se sobretudo às características universais da divisão sexual do trabalho, subordinação da mulher e condição feminina. Gradualmente, porém, estudos de caso tornaram evidente que não havia uma condição feminina universal. Diferenças de classe, étnicas, de idade e geração, bem como as de nacionalidade, profissão, etc., impunham-se como desigualdades entre mulheres, implicando também em vivências e experiências distintas. Mais importante, tal constatação contribuiu para a compreensão de que, em grande parte, “as características da vivência feminina são culturais e históricas, que elas mudam em relação a outros fatores e que, portanto, podem ser transformadas”.¹⁵

Por sua vez, esse avanço conceitual deu margem a novas abordagens e metodologias, tanto para o estudo quanto para iniciativas de intervenção nas vivências femininas. Conforme destaca Susan PAULSON¹⁶:

Entre os instrumentos elaborados está a distinção entre a condição concreta das mulheres e sua posição relativa na sociedade. Paralelamente, e a nível de ação, fez-se a distinção entre as necessidades práticas e estratégicas de mulheres em diferentes situações.

Essas novas perspectivas vêm portanto se refletindo nas políticas e programas de desenvolvimento, assim como nas análises e métodos de intervenção. Por exemplo, inicialmente, tal como se observa no Plano de Ação para a Década Internacional da Mulher formulado pela Organização das Nações

¹⁵ PAULSON, Susan. “Reflexiones sobre metodologías para género y forestería comunal”. **Desarrollo Agroforestal y Comunidad Campesina**. Ano 5. N.22. Abril-Maio de 1996, p.11.

Unidas, definiu-se como meta principal a incorporação das **mulheres** ao desenvolvimento — daí porque o lema ‘**mulheres e desenvolvimento**’, ou ‘**MED**’.¹⁷

Houve assim, por parte das agências de desenvolvimento e órgãos semelhantes, a disponibilização de mais recursos para mulheres, mas os esforços se voltaram essencialmente para “*eleva a eficiência das mulheres nos papéis que elas já desempenham*”.¹⁸ Melhor dizendo, a princípio, as intervenções voltaram-se sobretudo para o atendimento das **necessidades práticas** das mulheres, atuando portanto sobre a ‘**condição feminina**’ e não necessariamente sobre a **posição, ou status das mulheres**. Enquadra-se aí grande parte dos projetos específicos para mulheres, tanto dentro de programas de desenvolvimento mais amplos como independentes, muitos dos quais tiveram (e ainda têm) como meta principal apoiar iniciativas de geração de renda para a população feminina.

Tipicamente, esses projetos são de pequena escala, centrados numa determinada área, podendo envolver uma ou mais comunidades. Baseiam-se, em geral, numa estratégia que procura avaliar e atender as diferentes necessidades das mulheres para a atividade proposta, o que muitas vezes implica em oferecer uma série de serviços, incluindo-se aí treinamento e capacitação - tanto técnica quanto em gênero - além de crédito, meios de comercialização, educação básica, planejamento familiar, atendimento à saúde, nutrição, etc. Dada a natureza múltipla dessas necessidades e os serviços para atendê-las, o pessoal envolvido também precisa ser ‘generalista’ e flexível. Mas a tônica maior deve recair nas suas capacidades e habilidades organizativas. E isto porque, na maioria dos projetos específicos para mulheres, os objetivos sociais e políticos, tais como formação de lideranças e melhorias em saúde e educação, têm importância e status igual, ou mesmo maior, que os objetivos econômicos. Em muitos casos,

¹⁶ Ibid:ibidem.

¹⁷ Em inglês, ‘women in development’, ou ‘WID’. Ver TINKER et alli, op. cit.

¹⁸ WILLIAMS, Suzanne et alli. **Manual de Formação em Gênero**. Recife: OXFAM/SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1999, p. 12.

aliás, as intervenções não-econômicas tornam-se primordiais, na medida em que a organização e conscientização das mulheres acabam por ser vistos como o principal objetivo, mesmo que os ganhos econômicos sejam pequenos.¹⁹

A bem da verdade, projetos de geração de renda para mulheres não têm tido grande impacto econômico, nem conseguem atingir um grande número de participantes. Além disso, quando implementados como componentes a parte em programas de desenvolvimento mais amplos, sem que esforços sejam empreendidos no sentido de incorporar as mulheres aos demais componentes, acabam por acentuar as divisões entre os sexos, marginalizando as mulheres.

No entanto, apesar dessas limitações, muitas análises têm demonstrado que, na medida em que contribuem para a organização e conscientização das mulheres, esses projetos são fundamentais, ou mesmo um passo inicial necessário à incorporação de um enfoque de gênero em programas de desenvolvimento mais amplos: eles preparam as mulheres para uma maior participação nesses programas e para atuarem, com maior equidade, ao lado dos homens.²⁰

Com efeito, a partir de meados dos anos 80, com a construção de um enfoque de gênero, estudos e projetos de intervenção passam a trabalhar com homens e mulheres, mas agora vistos como:

“categorias interdependentes a nível funcional e significativo dentro de famílias e comunidades. (...) Entre os instrumentos teórico-metodológicos mais importantes nesta etapa estão os que permitem gerar conhecimentos sobre os espaços, horários e ciclos de trabalho de mulheres e homens, sobre a divisão por gênero de atividades e responsabilidades, e sobre as diferenças no acesso e controle de recursos por parte de homens e

¹⁹ McKEE, Katharine. “Microlevel Strategies for Supporting Livelihoods, Employment, and Income Generation of Poor Women in the Third World: The Challenge of Significance”. **World Development**. Vol. 17, No. 7, p.993.

²⁰ Ver, por exemplo, FIDA. “Gênero y Desarrollo Rural: Un estudio de caso de la Cuenca Alta del Rio Cañar, Ecuador”. 1998.

*mulheres. (...) Nos últimos anos, numerosos estudos e projetos têm utilizado estes instrumentos para a análise de gênero, permitindo desenvolver uma compreensão mais completa e dinâmica das comunidades e do manejo de recursos naturais e florestais.*²¹

No contexto das políticas e programas de desenvolvimento, a abordagem **Gênero e Desenvolvimento (GED)** refere-se a tentativa de basear intervenções na análise dos papéis e necessidades tanto de homens quanto de mulheres, mas num esforço para empoderar as mulheres e, assim, melhorar a sua posição em relação aos homens. Trabalhar com um enfoque de gênero, portanto, não significa dizer que a questão da mulher deixou de ter importância para a teoria e praxis feministas, inclusive no contexto das análises e programas de desenvolvimento. Muito ao contrário, essa questão continua sendo central. Apenas, se tem hoje em conta que para melhor avançá-la, faz-se necessário partir de uma perspectiva de gênero. Trata-se de um instrumento analítico que nos permite melhor entender como diferentes sociedades e épocas constróem as diferenças e legitimam as desigualdades entre os sexos e, portanto, a perspectiva de gênero oferece-nos também elementos para a formulação de estratégias para superá-las.

O Enfoque de Gênero

É preciso ressaltar que a análise e planejamento na perspectiva de **Gênero e Desenvolvimento (GED)**, “desafia os modelos de desenvolvimento que medem benefícios em termos puramente econômicos e que são baseados, de uma maneira ou de outra, na velha teoria do ‘gota a gota’”.²² Segundo essa teoria, basta alimentar determinadas estruturas e instituições – como as famílias, associações comunitárias, etc. – que os benefícios chegarão, gradual e igualmente, a todas as pessoas que nelas se inserem. Ora, como vimos anteriormente no caso da família, por exemplo, tal noção é profundamente

²¹ PAULSON, op. cit., p.11.

²² WILLIAMS et alli. op. cit., p.13.

equivocada, vez que desigualdades e hierarquias se impõem entre seus membros. O mesmo pode ser dito em relação às associações comunitárias: também nelas existentes diferenças em termos de poder, determinadas pelo sexo, classe, raça/etnia, idade/geração, etc., dos participantes.

Assim, tendo em vista essas desigualdades,

*“Os instrumentos analíticos de gênero e desenvolvimento desagregam, ou separam, estas unidades conceituais familiares, tais como: comunidade, lar, família, e voltam o olhar para as relações e distribuição de recursos em cada um deles. Dados desagregados por sexo são informações coletadas de forma tal que distinguem entre as diferentes atividades, aspirações, necessidades e interesses de homens e mulheres”.*²³

Segundo bem aponta o FIDA, para ser bem sucedida, a integração do enfoque de gênero no desenvolvimento rural requer atenção aos seguintes pontos:

- ◆ A integração da mulher se faz desde o começo e não como intervenção tardia;
- ◆ Mulheres participam ao lado dos homens na avaliação das necessidades da comunidade;
- ◆ Utiliza-se uma perspectiva de gênero na análise das limitações e potencialidades;
- ◆ O desenho e execução do projeto refletem considerações sobre os diferentes papéis e responsabilidades de homens e mulheres;
- ◆ As atividades de comunicação, capacitação e extensão se atêm aos conhecimentos especializados e às necessidades tanto de homens como de mulheres;

²³ WILLIAMS et alli, op. cit., p. 13-14.

- ◆ As oportunidades de geração de renda de interesse especial das mulheres são identificadas e ativamente promovidas;
- ◆ Procura-se identificar os obstáculos sociais e religiosos à participação da mulher e empenhar esforços no sentido de superá-los de forma culturalmente aceitável;
- ◆ Os obstáculos institucionais e jurídicos ao acesso das mulheres aos recursos existentes são identificados e levados em consideração;
- ◆ Promove-se ativamente a criação de grupos de mulheres e se fortalece aqueles já existentes;
- ◆ Trata-se as mulheres como produtoras individuais (e não somente como membros de uma família);
- ◆ Incentiva-se a participação das mulheres no processo de tomada de decisões e planejamento por parte das comunidades;
- ◆ Os sistemas de monitoramento e avaliação se atêm, periódica e continuamente, à análise da evolução dos níveis de participação das mulheres em relação aos homens, e em que medida elas são atendidas como beneficiárias;
- ◆ Mecanismos corretivos são incorporados e reforçados para se retificar, a tempo, os prejuízos causados às mulheres pelas desigualdades de gênero existentes;
- ◆ Procura-se avaliar os efeitos sociais e econômicos sobre homens e mulheres, tanto em conjunto como em separado, incorporando-se as lições aprendidas no desenho de novos projetos.²⁴

²⁴ FIDA. "La Mujer Rural en los Proyectos del FIDA: La Clave para Reducir la Pobreza". 1978, p. 15.

Dificuldades e Entraves na Implementação do Enfoque de Gênero

Quando se trabalha com o enfoque de gênero em projetos de intervenção, é preciso ter em mente que, mesmo procedendo de acordo com as recomendações acima delineadas, não há garantia de que os resultados desejados sejam alcançados, pelo menos não em curto prazo. Trata-se de um trabalho que depende não apenas de 'boa vontade', mas de mudanças de mentalidade e em estruturas de poder mais amplas, contra as quais se interpõem uma série de dificuldades, ou mesmo obstáculos, dentre os quais destacam-se:

1. O Desafio do Novo e Controverso

A análise de Gênero e Desenvolvimento é uma perspectiva nova, que se apresenta como um grande desafio aos modelos de desenvolvimento e formas de intervenção prevalentes, pois lida com questões controversas, já que procura romper com os padrões estabelecidos das relações de poder entre os sexos. Por isso mesmo, a implementação dessa abordagem comumente encontra resistência, e não só da parte das comunidades beneficiárias - também da parte de planejadores e pessoal envolvido com a implementação de projetos, é comum encontrar-se grande resistência e descrédito.

O desafio imposto pela abordagem de gênero é, de fato, muito maior do que o colocado nos projetos de Mulher e Desenvolvimento, que atendiam fundamentalmente às **necessidades práticas de gênero** das mulheres, ou seja, às necessidades relativas à carga de trabalho e responsabilidades femininas. E não por acaso, pois no contexto do planejamento e execução de projetos, é muito mais fácil identificar e atender a essas necessidades – como por exemplo, criar creches, oferecer suprimento de água limpa nas proximidades da casa, etc., -- bem como reconhecer a sua legitimidade. Incluem-se aí também as intervenções no sentido de organizar as mulheres e promover a sua auto-estima.

Por certo, reconhecer a legitimidade dessas demandas e atendê-las não implica necessariamente numa mudança radical de mentalidades, nem se apresenta como uma ameaça às estruturas de poder e padrões de comportamento vigentes, inclusive no que diz respeito à estrutura organizacional dos órgãos e agências envolvidas nas ações do projeto.

Em contraste, a abordagem de Gênero e Desenvolvimento implica no atendimento não apenas das necessidades práticas das mulheres, mas sobretudo das suas **necessidades estratégicas**, que estão relacionadas à **posição** relativa das mulheres na sociedade. *“Estas necessidades podem incluir acesso igual ao poder de decisão, redução ou finalização da discriminação institucionalizada no trabalho, direito à propriedade da terra e à educação, medidas para erradicar a violência masculina contra as mulheres e a divisão da responsabilidade com homens nos cuidados com as crianças.”*²⁵ Atendê-las, portanto, é questionar e ir de encontro aos privilégios masculinos existentes.

Por outro lado, Gênero e Desenvolvimento implica, ainda, numa mudança nos critérios de prioridades de projetos, questionando a divisão entre os componentes ditos ‘técnicos’ e ‘sociais’, impondo-se, outrossim, como uma problemática transversal e, portanto, abrangente, difícil de ser entendida, legitimada e trabalhada. É, de fato, uma perspectiva que, além de nova e controversa, exige muito mais tempo, compromisso e dedicação que as anteriores.

2. Resistência Organizacional

Um dos principais obstáculos na implementação de uma abordagem de gênero em programas e projetos de desenvolvimento, principalmente aqueles voltados para zona rural, tem sido identificada como ‘resistência organizacional’. Com isso, não se quer dizer que órgãos e agências envolvidas no planejamento e execução desses projetos, sejam fundamentalmente ‘discriminadoras’, nem que os agentes

²⁵ WILLIAMS, et alli, op. cit., p.15.

de desenvolvimento tenham sempre atitudes sexistas. É claro que sempre há exceções, mas de uma forma geral, o pessoal envolvido nesses órgãos e agências destaca-se quase sempre por sua grande dedicação e compromisso com causas sociais, mesmo quando envolvidos mais diretamente nos aspectos ditos 'técnicos' dos projetos.

Sabe-se, porém, que promover mudanças profundas como objetiva a abordagem de 'gênero e desenvolvimento' requer muito mais do que apenas 'boas intenções'. Ela exige a formação de pessoal não apenas comprometido, mas também habilitado na análise e planejamento de gênero, formação esta que, como se verá mais adiante, não é algo que pode ser alcançado a curto prazo.

Por outro lado, a divisão sexual do trabalho (e de prioridades), a distribuição desigual do poder e acesso a recursos, as ideologias e relações de gênero, se manifestam em todos os níveis e em toda a sociedade e, portanto, também nas agências e órgãos envolvidos em projetos de desenvolvimento.

Dentre um dos aspectos desse fenômeno, está a presença numérica majoritária de homens nesses agências, sobretudo naquelas que se dedicam ao desenvolvimento rural. Isso resulta da combinação de dois fatores, que se alimentam mutuamente. De um lado, está a tendência em se dar maior ênfase e prioridade aos aspectos ditos 'técnicos' do projeto (desenvolvimento e repasse de novas técnicas agrícolas, construção de barragens e sistemas de irrigação, etc), tendência esta que tem a ver não só com a própria maior valorização e prioridade que as sociedades modernas dão a tudo que diz respeito à ciência e tecnologia, em prejuízo das questões ditas sociais, mas também com interesses políticos: por certo, aumento na produção, grandes barragens, grandes projetos de irrigação etc., são produtos de ações de intervenção muitos mais visíveis e mais fáceis de serem implementados e mensurados, do que melhorias no campo social.

De outro lado, reside o fato de que, devido às ideologias de gênero que respaldam à divisão do trabalho e, mais precisamente, ao fato de que na nossa sociedade, questões técnicas e científicas (bem como as políticas) são

identificadas com a esfera masculina, enquanto as sociais (e culturais) são tidas como mais da alçada feminina, engenheiros civis, agrônomos, economistas e técnicos agrícolas são majoritariamente homens, ao passo que assistentes sociais são geralmente mulheres. Dessa maneira, estabelece-se uma divisão hierárquica de gênero na estrutura organizacional e de prioridades dos projetos, que é difícil de ser desmontada. Mesmo porque, a presença de mulheres nos níveis mais elevados da estrutura de poder, não garante, por si só, que não haja resistência organizacional ao enfoque de gênero.

3. Distorções no Enfoque de Gênero

Toda vez que um determinado conceito teórico-metodológico é transplantado para o nível das práticas sociais, deslizos semânticos são inevitáveis. Isso se dá, principalmente, na tentativa de operacionalizar conceitos teóricos complexos, como o de gênero, para o 'consumo' fora do discurso científico-acadêmico. Geralmente, nessa operacionalização ou tradução, a tendência é simplificar ao máximo, correndo-se aí o risco de distorcer o significado que lhe foi originalmente atribuído. Esse tem sido o caso do conceito de gênero, conforme nos aponta Lilian Celiberti²⁶:

La inclusión del concepto de género en las conferencias internacionales y en los mandatos de las agencias de cooperación es en primer lugar, el resultado de una múltiple y rica experiencia de los movimientos de mujeres y há significado un avance en la visibilización de las relaciones de poder y subordinación entre hombres y mujeres. Pero, por outro lado, la masificación del término "género", está contribuyendo a su vulgarización y simplificación. Muchas veces, al hablar de género, se piensa en las mujeres y no en las relaciones sociales de género."

²⁶ CELIBERTI, Lilian. "Reflexiones acerca de la perspectiva de género en las experiencias de educación no formal con mujeres". In: T. BÜTTNER et alii (eds). **Hacia una pedagogía de género. Experiencias y conceptos innovativos**. Bonn: Centro de Educación, Ciencia y Documentación (ZED). 1996. p.69.

De fato, em muitas instâncias, a abordagem de gênero têm-se traduzido em trabalhar apenas nas questões e necessidades práticas das mulheres, sem maiores esforços no sentido do seu empoderamento. Nessas instâncias, quando se tenta intervir mais diretamente nessa direção, observa-se, muitas vezes, uma tendência a desqualificar tais ações como ‘militância feminista’ e não trabalho de gênero. Isso é geralmente o que acontece quando, por exemplo, se trata do combater à violência masculina contra as mulheres.

Ora, se a construção do conceito de gênero é um avanço epistemológico nas teorias feministas, e a adoção do enfoque de gênero é, de fato, uma conquista feminista no plano das políticas de desenvolvimento - que implica em trabalhar no sentido do empoderamento das mulheres - não há contradição entre fazer gênero e feminismo. Ao contrário, a adoção do enfoque de gênero representa o reconhecimento da legitimidade das demandas feministas e, portanto, não se pode contrapor uma coisa a outra.

Uma outra forma de distorção do enfoque de gênero, que se apresenta como obstáculo, é enfatizar que trabalhar com gênero significa trabalhar tanto com homens quanto com mulheres. Na prática, isso se apresenta como uma resistência a reconhecer as desigualdades existentes entre os sexos, e assim, a se trabalhar no sentido de empoderar as mulher para que elas possam participar das ações em pé de igualdade com os homens. Tal resistência reside em grande parte numa simplificação do conceito, pois a perspectiva de gênero e desenvolvimento implica em trabalhar não simplesmente com homens e mulheres, mas sim com as relações sociais – e, portanto, de poder - entre eles.

4. (Falta de) Consciência de Gênero

Conforme nos apontam WILLIAMS et alli,²⁷ é preciso ter claro que o enfoque de *“gênero não pode ser simplesmente ‘costurado’ aos modelos de*

²⁷ Op. cit., p. 13.

desenvolvimento existentes, nem tampouco adicionado aos programas de ajuda e desenvolvimento como um componente extra. Trata-se de uma questão que deve atravessar todos os componentes dos programas e projetos, o que em si já traz grandes dificuldades. Isso requer uma maior articulação entre as ações ditas técnicas e sociais desses programas, o que não é fácil conseguir, dados os interesses divergentes dentre o pessoal envolvido.

Mas a grande dificuldade encontrada reside no fato de que, apesar da atenção necessária às recomendações delineadas anteriormente, não existem fórmulas mágicas, nem receitas perfeitas que possam ser seguidas para se garantir a implementação de um enfoque de gênero nos projetos. A começar pelo fato de que, as comunidades beneficiárias não são iguais, nem reagem da mesma forma no processo de implementação das ações do projeto.

Sem dúvida, a sensibilização e formação em gênero é um passo essencial na implementação do enfoque de gênero. Trata-se de uma *“intervenção de desenvolvimento que busca modificar consciências, conhecimento, habilidades e comportamentos relacionados a gênero. Ela difere de formações com outros conteúdos/temas, porque trata de questões pessoais e políticas, mesmo que não seja de modo deliberado”*.²⁸

Por isso mesmo, há uma diferença importante entre a formação em gênero e a formação (ou capacitação) em outros conteúdos e temáticas relacionados a implementação de projetos de desenvolvimento. Mais especificamente, essa formação tem por objetivo não apenas habilitar os agentes envolvidos para trabalhar com a questão, mais sim contribuir para a formação da sua **consciência (ou autoconsciência) de gênero**.

Certamente, isso não é algo simples: *“A consciência de gênero não é uma questão separada ou adicional a ser tratada; é um modo de ver, uma perspectiva, um conjunto de compreensões que informam nossa visão sobre as pessoas e a sociedade. (...) gênero está no coração da identidade humana e de todas as*

atitudes, crenças e ações humanas. (...) E mais, quando começamos a olhar dessa forma e questionamos nossas concepções achamos que o mundo parece diferente. A consciência de gênero significa olhar com novos olhos e de uma modo que está constantemente aberto para aprender mais.”²⁹

Podemos instrumentar pessoas para trabalhar com a análise de gênero. Mas esse ‘novo olhar’ necessário não chega de forma automática. Não é algo que pode ser ‘ensinado’, e sim o resultado de um processo que se desenvolve aos poucos e em ritmo diferente, a depender do indivíduo.

²⁸ WILLIAMS et alli, op. cit., p.21.

²⁹ WILLIAMS et alli, op. cit., p.13.

EXERCÍCIO:

1. Com base nas considerações tecidas nesse capítulo e à luz da sua experiência de trabalho no campo, procure analisar quais têm sido os entraves /obstáculos na incorporação do enfoque de gênero no Pró-Gavião.

GÊNERO, PODER E EMPODERAMENTO DAS MULHERES³⁰

Os problemas ligados a questões de poder têm sido um dos principais entraves aos projetos de desenvolvimento. Mas ao contrário do que os apressados possam imaginar, estes problemas não se referem exclusivamente a hierarquia funcional ou as esferas de decisão. Eles fazem parte do cotidiano do trabalho, nas relações entre os técnicos, entre técnicos e a comunidade, dentro da própria comunidade. Apesar de se manifestarem mais explicitamente na aplicabilidade das ações específicas do enfoque de gênero, eles estão presentes em todos os componentes desses projetos.

Entender a questão do poder e em especial do poder nas relações de gênero, bem como sua importância no processo de incorporação das mulheres é fundamental na prática daqueles que são responsáveis pela execução de projetos de desenvolvimento social, a exemplo do Pró-Gavião.

Nesse sentido, neste texto, nos propomos a discutir as questões básicas do poder, da relação entre gênero e poder e do empoderamento das mulheres e seus reflexos nos projetos de desenvolvimento.

O poder

Julieta Kirkwood³¹ ao discutir os nós do poder afirma:

³⁰ Texto elaborado por Ana Alice Costa, Doutora em Sociologia Política pela Universidad Nacional Autónoma de México. Professora Adjunta IV do Departamento de Ciência Política da UFBA, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Coordenadora Executiva da REDOR.

"... o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transforma-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a idéia e o ato".

Seguindo esta mesma linha, Marcela Lagarde³² vai mais adiante ao definir o poder como :

"... a capacidade de decidir sobre a própria vida como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos (...) Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder".

Como podemos ver, estes conceitos de poder vão além do poder político, do poder formal presente no âmbito do Estado, do poder resultante das hierarquias funcionais. Na verdade, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. As instituições e estruturas do Estado são elementos dentro de certas esferas de poder, cujas

³¹ Kirkwood, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos*. Santiago: Flacso, Março, 1986.

³² Lagarde, Marcela. *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM, 1993. P.154

concepções se fundem na complexa rede de relações de força. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. Pode-se afirmar que o poder está presente do leito conjugal de um casal a sala presidencial do Palácio do Planalto. Estas relações de poder que operam em distintos níveis estão em constante conflito de interesses.

As relações de poder se mantêm porque os vários atores – tanto os dominadores como os dominados – “aceitam” as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades, que afirmam ser estas desigualdades resultantes de desgraça pessoal ou da injustiça social³³. Esta aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, etc., conforme vimos no 1º capítulo.

Mas, voltando às citações de Kirkwood e Lagarde, se analisarmos detidamente estes dois conceitos de poder, e afastarmo-nos desse campo abstrato tentando pensá-lo enquanto personificação humana, certamente o veremos como uma prática tipicamente masculina, afinal, historicamente as mulheres têm estado do outro lado do poder, do lado da subalternidade.

Gênero e poder

Ainda hoje, pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e

³³ Kabeer, Naila. Empoderamiento desde abajo: Qué podemos aprender de las organizaciones de Base?. In. Leon, Magdalena (org) **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: MT Editores. 1997

que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais³⁴.

Como já vimos em muitas outras oportunidades, esta subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de gênero. Sabemos que a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constróem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação.

Quando falamos relações de **Gênero**, estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.

Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquetipo viril).

Isso significa dizer que o domínio patriarcal (masculino) apresenta na sociedade distintas manifestações. Ele esta presente no cotidiano do mundo doméstico e do mundo público. Não é preciso praticar a discriminação aberta contra a mulher ou a violência explícita para demonstrar sua presença na medida em que esse poder de gênero esta assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres.

³⁴ Costa, Ana Alice. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia, 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)

Apesar das diferenças de classe, de raça e cultura alguns aspectos derivados da condição de subordinação são comuns a todas as mulheres:

- O controle masculino do trabalho das mulheres;
- O acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os sexos;
- A violência masculina e o controle da sexualidade.

Durante mais de um século, o movimento de mulheres articulou-se em torno do enfoque da igualdade sem se dar conta que o próprio conceito de igualdade existia a partir de um modelo masculino e patriarcal de organização política. Somente após a conquista dos chamados direitos civis a partir dos anos 30, onde a tão propalada igualdade foi finalmente conquistada, é que as mulheres puderam se dar conta de que não era suficiente a conquista legal, seria necessário um processo de transformação mais amplo, onde o próprio conceito de igualdade fosse questionado³⁵. Essa será a tônica do movimento de mulheres dos anos 80.

Esse processo de descoberta foi vivenciado também nos projetos de desenvolvimento que durante muito tempo buscaram a melhoria da condição feminina através dos enfoques de bem-estar social, de combate a pobreza e de geração de renda, conforme vimos no Capítulo II.

³⁵ “No particular, o movimento feminista tem procurado demonstrar que a mudança nas leis por si só não é suficiente para promover uma mudança nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social. É que mesmo com a conquista do sufrágio, as mulheres permaneceram subjugadas à estrutura patriarcal da sociedade

A conquista da igualdade jurídica, que por várias décadas foi meta do movimento feminista, não tem conseguido incorporar as mulheres nesse modelo de cidadania dominante. Cada vez mais avança a consciência da necessidade do estabelecimento de políticas públicas que possam estimular e mesmo garantir uma maior integração feminina, à estrutura de poder, ao mundo da política formal.” Costa, Ana Alice. Em busca de uma cidadania plena. In: Álvares, Ma. Luzia e Santos, Ma. Eunice. **Olhares & diversidade: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste**, Belém: GEPEM/REDOR, 1999.

Esses projetos, por não fazerem uma distinção entre “**condição**” e “**posição**” das mulheres³⁶, não conseguiram trazer mudanças significativas na vida da população feminina. Na verdade, muitos deles conseguiram ampliar a renda familiar, garantir o acesso das mulheres à saúde, a educação etc., mas não proporcionaram mudanças significativas na posição das mulheres. Estas continuaram subjugadas, excluídas de qualquer esfera de decisão e autonomia³⁷.

Condição é o estado material no qual se encontram as mulheres: sua pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso a saúde pública e a tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho, etc.

Posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres tem acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens.

Este erro permaneceu durante muito tempo dominando os projetos de desenvolvimento. A falsa preocupação com a preservação da chamada cultura popular (mesmo que ela seja opressora e violenta), o medo de proporcionar mudanças qualitativas na divisão sexual do trabalho e na estrutura familiar pondo em risco o poderio masculino, serviu apenas para manter o domínio patriarcal intacto³⁸.

³⁶ Os conceitos de condição e posição femininas na ótica desenvolvimentista foram desenvolvidos por Yong, Kate. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In. Leon, Magdalena. Op.cit.

³⁷ Não podemos esquecer que a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, em especial na indústria, apesar de garantir um incremento na renda familiar e retirar a mulher do isolamento doméstico, não proporcionou uma autonomia do sujeito feminino ou qualquer divisão sexual do trabalho. Acarretou, isso sim, numa sobrecarga de trabalho (a segunda jornada), num aumento de responsabilidades, no abandono dos filhos, uma maior vulnerabilidade ao assédio e a violência sexual.

³⁸ Aqui, podemos citar o exemplo da repercussão da oficina sobre conquistas femininas realizada pela equipe do NEIM junto ao Grupo de Interesse Feminino de Lagoa Seca (UAP Jânio Quadros) em que foi tratada a questão da violência doméstica. Ai pode-se identificar entre alguns maridos o medo de ver seu domínio abalado, mas em especial, a falta de compreensão por parte da equipe técnica sobre o significado do enfoque

Outro tipo comum de prática entre os planejadores e executores que têm mantido as mulheres afastadas dos benefícios desse tipo de projeto, é a concepção de que as necessidades das mulheres são idênticas às dos homens ou a de agrupações mais amplas como trabalhadores rurais, liderança local, etc. Geralmente, as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias.

Como consequência estes projetos resultaram ser ineficazes e até mesmo contra-producentes, na medida em que planejadores e executores não haviam entendido as desigualdades de gênero e portanto implementavam ações que só aumentavam a carga de trabalho das mulheres sem o correspondente em termos de benefícios, aumentando assim a *brecha de gênero*, isto é, o fosso existente entre os direitos do homem e os direitos da mulher.

Superar as desigualdades de gênero é um dos primeiros passos para o desenvolvimento da mulher.

A partir dos anos 80, as feministas começaram a questionar as estratégias de desenvolvimento e as intervenções destes projetos que não atacavam os fatores estruturais que perpetuam a opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres pobres. Nesse contexto é que o movimento de mulheres passa a utilizar o conceito de empoderamento.

de gênero em um projeto de desenvolvimento e sua consequente preocupação em manter intacta estas estruturas de dominação, mesmo que tal prática, a exemplo da violência, venha de contra a própria legislação brasileira.

Empoderamento

O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena.

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir.

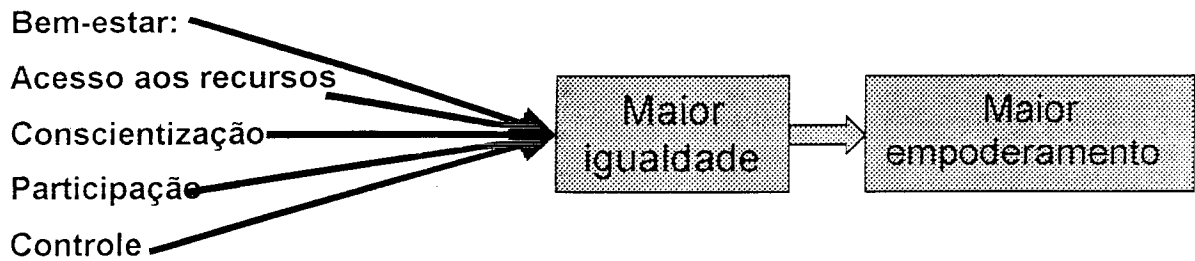
O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

Segundo Stromquist³⁹, os parâmetros do empoderamento são:

- construção de uma auto-imagem e confiança positiva;
- desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente;
- a construção da coesão de grupo;
- a promoção da tomada de decisões;
- a ação.

Esse processo de avanço da mulher se dá através de cinco níveis de igualdade:

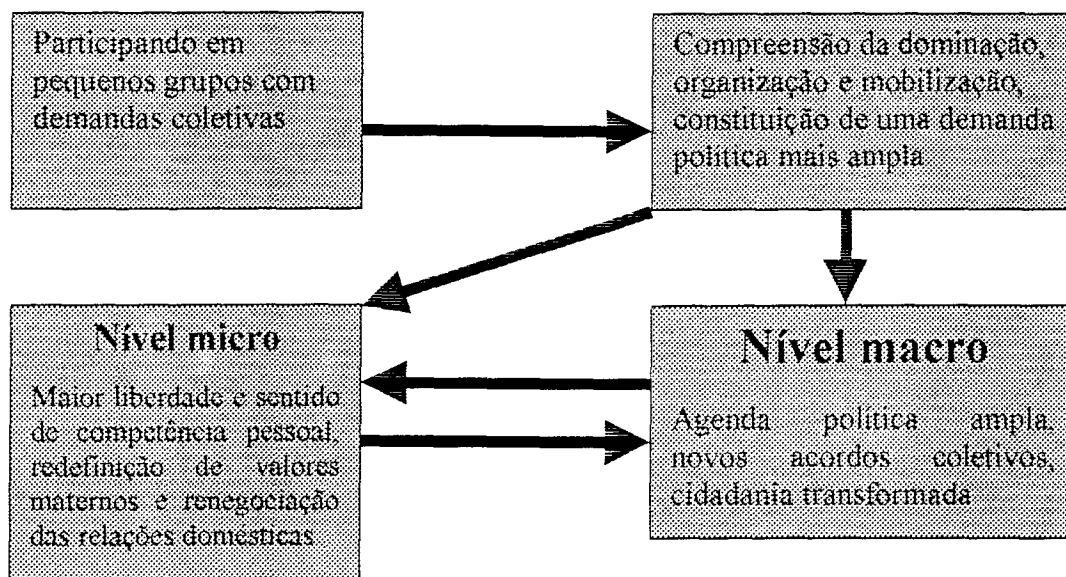
³⁹ Stromquist, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: Leon, Magdalena. Op. cit. p.105.



Segundo ainda esta autora, uma perfeita definição de empoderamento, deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos:

- **componente cognitivo** refere-se a compreensão que as mulheres têm da sua subordinação assim com as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais etc. (80);
- **componente psicológico** inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais;
- **componente político** supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais;
- **componente econômico** supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico. (81)

Stromquist, apresenta o seguinte esquema sobre o processo de empoderamento (84)



O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

Segundo Magdalena León, o empoderamento das mulheres libera e empodera também aos homens no sentido material e o psicológico, já que a mulher logra ter acesso aos recursos materiais em benefício da família e da comunidade, a compartilhar responsabilidades, e também devido a que se permitem novas experiências emocionais para os homens e os libera de estereótipos de gênero ⁴⁰

O processo de empoderamento da mulher traz a tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

⁴⁰ León, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In. León, Magdalena. Op. cit. p.21

EXERCÍCIOS

1. Em grupo, analise a seguinte afirmativa:

O Pró-Gavião, não obstante ter como um dos seus eixos principais a incorporação do enfoque de gênero, que teóricamente deveria perpassar todos os componentes do projeto, segue preso a um modelo desenvolvimentista de geração de renda e nada mais.

Caso você concorde ou discorde dessa afirmativa apresente 5 justificativas.

2. Em que situação o Pró-Gavião vem desenvolvendo atividades de empoderamento das mulheres?